

ISSN - 2175-6600

Vol.17 | Número 39 | 2025

Submetido em: 13/09/2024

Aceito em: 10/05/2025

Publicado em: 21/10/2025

Reflexões sociológicas sobre os usos e abusos da inteligência emocional na educação

Sociological reflections on the uses and abuses of emotional intelligence in education

Reflexiones sociológicas sobre los usos y abusos de la inteligencia emocional en la educación

*Felipe André Padilha¹
Sebastiana Vera Tolentino Doescher²*



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2025v17n39pe18165>

Resumo: O artigo analisa a relação entre o conceito de inteligência emocional e as práticas educativas no contexto brasileiro, com foco na sua incorporação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas implicações para a formação de competências socioemocionais. A partir de uma revisão crítica das teorias de Daniel Goleman (2011) e Howard Gardner (1995; 2011), o estudo discute como a inteligência emocional é instrumentalizada para atender às demandas do mercado de trabalho neoliberal, promovendo a adaptação individual e o empreendedorismo de si. Referenciando autores como Christian Laval (2019), Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1982) e Eva Illouz (2007; 2011), o artigo questiona as limitações dessa abordagem no ambiente escolar, que pode obscurecer desigualdades estruturais ao transferir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso aos indivíduos. A análise destaca a importância de compreender as consequências sociais da promoção da inteligência emocional na educação, propondo uma reflexão crítica sobre o seu impacto na formação cidadã e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Inteligência emocional. Competências socioemocionais. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação e neoliberalismo.

¹ Universidade Federal de São Carlos. Lattes: (<http://lattes.cnpq.br/5608497895561456>). Orcid: (<https://orcid.org/0000-0002-5511-7252>). Contato: (felipeapa@yahoo.com.br)

² Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Lattes: (<http://lattes.cnpq.br/3142790536117469>). Orcid: ([link para o Orcid](https://orcid.org/0000-0002-5511-7252)). Contato: (stolentinodoescher@yahoo.com.br)

Abstract: This article analyzes the relationship between the concept of emotional intelligence and educational practices in the Brazilian context, focusing on its incorporation into the National Common Curricular Base (BNCC) and its implications for the development of socio-emotional skills. Through a critical review of Daniel Goleman's (2011) and Howard Gardner's (1995; 2011) theories, the study discusses how emotional intelligence is instrumentalized to meet the demands of the neoliberal labor market, promoting individual adaptation and self-entrepreneurship. Referencing authors such as Christian Laval (2019), Pierre Bourdieu and Jean-Claude Passeron (1982), and Eva Illouz (2007; 2011), the article questions the limitations of this approach in the school environment, which may obscure structural inequalities by shifting the responsibility for success or failure onto individuals. The analysis highlights the importance of understanding the social consequences of promoting emotional intelligence in education, proposing a critical reflection on its impact on citizenship formation and the construction of a more just and equitable society.

Keywords: Emotional intelligence. Socio-emotional skills. National Common Curricular Base (BNCC). Education and neoliberalism.

Resumen: El artículo analiza la relación entre el concepto de inteligencia emocional y las prácticas educativas en el contexto brasileño, con un enfoque en su incorporación en la Base Nacional Comum Curricular (BNCC) y sus implicaciones para la formación de competencias socioemocionales. A partir de una revisión crítica de las teorías de Daniel Goleman (2011) y Howard Gardner (1995; 2011), el estudio discute cómo la inteligencia emocional es instrumentalizada para atender a las demandas del mercado laboral neoliberal, promoviendo la adaptación individual y el emprendimiento de sí mismo. Referenciando autores como Christian Laval (2019), Pierre Bourdieu y Jean-Claude Passeron (1982) y Eva Illouz (2007; 2011), el artículo cuestiona las limitaciones de este enfoque en el entorno escolar, que puede oscurecer desigualdades estructurales al trasladar la responsabilidad del éxito o fracaso a los individuos. El análisis destaca la importancia de comprender las consecuencias sociales de la promoción de la inteligencia emocional en la educación, proponiendo una reflexión crítica sobre su impacto en la formación ciudadana y en la construcción de una sociedad más justa y equitativa.

Palabras clave: Inteligencia emocional. Competencias socioemocionales. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educación y neoliberalismo.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre inteligência emocional e práticas educativas tem recebido atenção crescente nas últimas décadas, especialmente com o desenvolvimento de abordagens pedagógicas voltadas para o aprimoramento das competências socioemocionais dos estudantes. O conceito de inteligência emocional, popularizado por autores como Daniel Goleman (1996), redefine a compreensão de inteligência, ampliando-a para incluir a capacidade de reconhecer, compreender e gerir emoções — tanto próprias quanto alheias. No ambiente escolar, o desenvolvimento dessas habilidades é considerado fundamental para a formação integral dos indivíduos.

Este artigo busca investigar a relação entre o conceito de inteligência emocional e as práticas educativas no ambiente escolar, com foco em sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem e na formação de competências socioemocionais. Para tanto, realiza uma análise crítica do conceito de inteligência emocional e suas implicações no contexto educacional, com base nas teorias de Daniel Goleman (2011) e Howard Gardner (1995; 1998) e explora a relação entre a inteligência emocional e a Base



Nacional Comum Curricular (BNCC), avaliando como essa relação reflete as demandas do mercado de trabalho neoliberal. O estudo também investiga as possíveis limitações da abordagem da inteligência emocional na educação, considerando as críticas sociológicas de autores como Christian Laval (2019), Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1982) e Eva Illouz (2007; 2011); contextualiza a ascensão da inteligência emocional no cenário educacional brasileiro, levando em conta as transformações políticas e econômicas decorrentes do neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990; e avalia o impacto da implementação de competências socioemocionais no ambiente escolar, com base na análise de documentos oficiais, como a BNCC, e estudos críticos sobre pedagogias contemporâneas.

A metodologia fundamenta-se em uma revisão bibliográfica, conforme orientação de Antônio Joaquim Severino (2017), destacando a importância de contextualizar a obra no âmbito das teorias e práticas do campo de estudo. O uso de bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico, Scielo e Periódicos Capes, possibilitou a seleção de artigos relevantes das áreas de Sociologia e Educação, com o objetivo de examinar a relação entre inteligência emocional e práticas educativas. A partir dessa abordagem, o estudo procurou identificar e compreender as diversas perspectivas teóricas sobre o tema.

A análise dos conceitos adotou uma perspectiva sociológica, conforme sugerido por Nelson D. Tomazi et al. (2005), partindo de uma pergunta orientadora que guia a leitura dos textos selecionados. A análise crítica dos materiais bibliográficos, baseada em questões pré-definidas, permitiu uma compreensão aprofundada das implicações da inteligência emocional no desenvolvimento dos estudantes, identificando pontos de convergência entre diferentes abordagens teóricas.

Seguindo os procedimentos indicados por Severino (2017), a metodologia incluiu a seleção e análise contextual das obras, situando-as no contexto mais amplo de sua produção. Esse processo foi fundamental para compreender as contribuições das teorias de inteligência emocional à luz das condições culturais e sociais da época, permitindo uma análise contextualizada dentro do campo das Ciências Sociais.

A incorporação da inteligência emocional na BNCC reflete a crescente ênfase nas competências socioemocionais como parte do processo educacional no Brasil. É necessário, porém, analisar criticamente os fundamentos dessa inserção. A promoção da inteligência emocional muitas vezes alinha-se a uma lógica neoliberal que responsabiliza o indivíduo pelo sucesso ou fracasso em suas relações e desempenho, desconsiderando, em grande medida, os determinantes estruturais e sociais que moldam essas



experiências. Ao enfatizar habilidades como autocontrole, empatia e resiliência, a BNCC responde a uma demanda de mercado por trabalhadores capazes de lidar com adversidades sem questionar as condições que as geram, transferindo para o âmbito pessoal a responsabilidade pelo bem-estar e sucesso.

Apesar do crescente interesse em torno do assunto, o número de artigos publicados sobre o tema na educação e na área de sociologia ainda é relativamente baixo. Embora o conceito tenha sido amplamente discutido em campos como a psicologia e o gerenciamento organizacional, sua aplicação e impacto no ambiente educacional e em análises sociológicas têm recebido atenção limitada. Essa lacuna na literatura acadêmica revela a necessidade de mais estudos que examinem criticamente como a inteligência emocional é incorporada nas práticas educativas e suas implicações para a formação de competências socioemocionais, especialmente à luz de contextos sociais e estruturais mais amplos.

Destaca-se que a abordagem da inteligência emocional na educação parece reforçar a ideia de que o aprimoramento individual é suficiente para superar desafios, invisibilizando desigualdades e opressões estruturais que impactam o ambiente escolar e o desenvolvimento dos estudantes. Tal perspectiva desvia o foco da crítica às condições materiais e institucionais que influenciam o processo educativo, promovendo uma visão de educação que atende aos interesses do mercado em vez de propor transformações sociais mais amplas.

Portanto, apesar do crescente interesse em torno da inteligência emocional, o número de artigos publicados sobre o tema na educação e na área de sociologia ainda é relativamente baixo. Embora o conceito tenha sido amplamente discutido em campos como a psicologia e o gerenciamento organizacional, sua aplicação e impacto no ambiente educacional e em análises sociológicas têm recebido atenção limitada. Essa lacuna na literatura acadêmica revela a necessidade de mais estudos que examinem criticamente como a inteligência emocional é incorporada nas práticas educativas e suas implicações para a formação de competências socioemocionais, especialmente à luz de contextos sociais e estruturais mais amplos. A discussão propõe uma análise crítica da inteligência emocional como ferramenta amplamente promovida no ambiente escolar, que deve ser examinada com cautela. Embora o desenvolvimento de indivíduos emocionalmente equilibrados e capazes de lidar com desafios sociais e pessoais seja um objetivo relevante, é necessário considerar como essa abordagem se alinha a um modelo neoliberal de educação (Laval, 2019). Ao deslocar o foco das condições estruturais para



as competências individuais, a ênfase na inteligência emocional pode obscurecer desigualdades e opressões que permeiam o processo educacional.

Este artigo examina como a noção de inteligência emocional, ao ser incorporada em políticas como a BNCC e fundamentar práticas educativas, reforça a responsabilização individual em vez de fomentar a compreensão crítica da realidade, considerando transformações sociais e institucionais mais amplas que impactem de forma significativa a experiência educacional, a formação para a cidadania e, consequentemente, a construção de uma sociedade mais justa.

2 A ASCENSÃO DAS MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS E DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

A adoção institucionalizada das teorias das inteligências múltiplas e da inteligência emocional traz implicações para a prática pedagógica e a formação do sujeito no contexto educacional. Além de abordar o potencial dessas teorias em promover uma educação inclusiva que valoriza a diversidade de aptidões, a seguir, discutiremos como elas podem, paradoxalmente, reforçar modelos normativos de desempenho e adaptação, ignorando as complexidades socioculturais envolvidas no processo de aprendizagem.

A educação contemporânea enfrenta o desafio de integrar diversas dimensões da formação humana. Nesse contexto, teorias que transcendem a visão tradicional de inteligência, focada no desempenho acadêmico, ganham destaque. A Teoria das Inteligências Múltiplas, proposta por Howard Gardner (1995; 2011), e o conceito de Inteligência Emocional, amplamente difundido por Daniel Goleman (2011), representam tentativas de expandir o entendimento sobre as capacidades humanas e sua aplicação no ambiente educacional.

Desenvolvida por Gardner nos anos 1980, a Teoria das Inteligências Múltiplas desafia a visão de inteligência como uma habilidade unidimensional, geralmente mensurada por testes de QI (Quociente de Inteligência). Gardner sugere que a inteligência é composta por um conjunto de capacidades cognitivas distintas, cada uma com suas próprias manifestações e relevâncias. Inicialmente, foram identificadas sete inteligências: linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, intrapessoal e interpessoal (Gardner, 1995). Posteriormente, a inteligência naturalista foi adicionada (Gardner, 2011), ampliando o espectro de aptidões consideradas.



No campo educacional, a relevância da Teoria das Inteligências Múltiplas está em sua ênfase na diversidade das formas de aprendizado. Em vez de concentrar-se exclusivamente nas habilidades lógico-matemática e linguística, tradicionalmente privilegiadas no ambiente escolar, Gardner propõe que as escolas reconheçam e incentivem as múltiplas inteligências dos alunos, com o objetivo de incluir aqueles que possuem diferentes estilos de aprendizagem. A teoria sugere que todos os estudantes têm potencial para alcançar o sucesso, desde que suas habilidades sejam devidamente reconhecidas e estimuladas (Gardner, 1995).

A ascensão dessas teorias, no entanto, coincide com o fortalecimento do neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, influenciando também a América Latina. À medida que políticas neoliberais, caracterizadas pela desregulamentação, privatização e individualização das responsabilidades, moldavam a economia e a sociedade, essas teorias educacionais ganhavam espaço por enfatizarem o desenvolvimento de competências individuais e adaptativas, compatíveis com as demandas do mercado.

Essa transição da educação de uma perspectiva pública e coletiva para uma visão empresarial reflete o deslocamento de prioridades na formação dos indivíduos. Max Weber (2004), em seus estudos sobre religiões, sugere que certos sistemas de valores e ideologias se aproximam naturalmente, formando alianças simbólicas que se reforçam mutuamente. Nesse sentido, pode-se afirmar que o neoliberalismo encontrou uma afinidade eletiva com as teorias de “inteligências múltiplas” e “inteligência emocional”, que passaram a ser usadas para legitimar uma pedagogia voltada à flexibilidade, à autossuficiência e à capacidade de adaptação ao mercado. Essa compatibilidade entre os valores neoliberais e as abordagens pedagógicas destaca como tais conceitos foram incorporados e instrumentalizados no processo educacional.

A noção de afinidade eletiva ajuda a explicar como as teorias psicológicas contemporâneas, que originalmente buscavam valorizar a diversidade de habilidades humanas, se alinharam ao projeto neoliberal de educação. De acordo com Weber, ideias que compartilham princípios ou valores podem reforçar a lógica de dominação presente em determinadas esferas sociais. No caso da educação, as “inteligências múltiplas” e a “inteligência emocional” se ajustam perfeitamente ao modelo gerencialista, que prioriza a adaptação individual às exigências do mercado, deslocando o foco da formação crítica e cidadã para a criação de “capital humano”.

Além disso, essa compatibilidade se manifesta na maneira como a escola, ao adotar tais teorias, gradualmente abandona seu papel de espaço para o desenvolvimento



da cidadania crítica. Weber argumenta que a afinidade entre sistemas ideológicos contribui para a naturalização de certas práticas sociais, e, no contexto educacional, isso significa a consolidação de uma pedagogia gerencialista. A escola passa a ser um ambiente voltado à formação de sujeitos economicamente úteis, adaptáveis e emocionalmente controlados, em vez de cidadãos críticos capazes de questionar as desigualdades estruturais do sistema em que estão inseridos.

Paralelamente à contribuição de Gardner, Daniel Goleman popularizou o conceito de inteligência emocional em sua obra de 1995, revisada e ampliada em tradução mais recente em 2011. Embora Goleman não tenha sido o criador do conceito, ele ampliou sua aplicação ao enfatizar a relevância das emoções no desenvolvimento pessoal e nas relações interpessoais. A Inteligência Emocional, segundo Goleman (2011), refere-se à capacidade de reconhecer, compreender e gerenciar as próprias emoções, além de identificar e reagir adequadamente às emoções alheias. O autor define cinco pilares fundamentais: autoconsciência, autorregulação, automotivação, empatia e habilidades sociais. Esses pilares são apresentados como competências essenciais para o sucesso pessoal e profissional.

Embora as abordagens de Gardner e Goleman tratem de conceitos distintos, ambas compartilham uma visão ampliada do que significa ser “inteligente”. Gardner enfatiza a diversidade cognitiva e cultural da inteligência, enquanto Goleman explora a importância da gestão emocional. A interseção entre as duas teorias pode ser observada na valorização das inteligências interpessoal e intrapessoal, descritas por Gardner, que coincidem com os pilares de empatia e autoconsciência de Goleman (Gardner, 1995; Goleman, 2011).

No ambiente escolar, a Inteligência Emocional ganhou relevância pela promessa de contribuir para o desenvolvimento de competências que transcendem o desempenho acadêmico, como a habilidade de trabalhar em equipe, resolver conflitos e gerenciar o estresse. As competências emocionais, segundo Goleman (2011), envolvem a capacidade de lidar com as emoções de maneira eficaz em diversos contextos, como o escolar, e são vistas como fundamentais para promover um ambiente que favoreça tanto o desempenho acadêmico quanto o bem-estar emocional dos alunos.



3 A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUA RELAÇÃO DIRETA COM AS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO

Nos últimos anos, o conceito de inteligência emocional tem ganhado destaque no ambiente educacional e no mercado de trabalho, acompanhando as transformações estruturais do capitalismo contemporâneo. Esse processo reflete-se em adaptações no vocabulário social, com trabalhadores sendo denominados “colaboradores” e professores chamados de “educadores”. Essas mudanças semânticas indicam uma reconfiguração das relações de trabalho e das expectativas sobre os sujeitos no contexto neoliberal. No âmbito educacional, essa transformação articula-se com as novas pedagogias que incorporam a inteligência emocional como ferramenta para o desenvolvimento humano e profissional, convergindo com as demandas de um mercado cada vez mais orientado pela flexibilidade e adaptabilidade (Lima, 2024).

A integração da inteligência emocional nas práticas educativas tem sido defendida por diversas abordagens, que reconhecem seu potencial no desenvolvimento integral dos estudantes. Rafael Bisquerra Alzina e Núria Pérez Escoda (2007) sublinham a importância das competências emocionais em contextos educacionais, profissionais e sociais, enfatizando que sua incorporação nos currículos pode promover uma educação mais inclusiva e adequada às demandas contemporâneas. Diferenciam inteligência emocional, competência emocional e educação emocional, sendo esta última entendida como um processo contínuo de desenvolvimento de competências que justificam sua inclusão nas práticas pedagógicas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também destaca a importância das competências socioemocionais, com o objetivo de formar estudantes capazes de lidar com suas emoções, construir relacionamentos positivos e resolver conflitos de forma construtiva (Brasil, 2017). Ao estabelecer a formação integral como objetivo, a BNCC alinha-se com os argumentos de Bisquerra e Pérez Escoda (2007), que enfatizam o desenvolvimento dessas competências como essencial para o pleno desenvolvimento dos indivíduos. O impacto da inteligência emocional no ambiente escolar, segundo esses autores, está ligado à melhora do clima educacional e ao sucesso acadêmico, pois facilita os processos de aprendizagem e a resolução de problemas.

Estela Rossetti Teixeira Silva e Everaldo da Silva (2021) exploram a relevância da inteligência emocional no contexto do ensino médio e sua relação com a BNCC. Eles



argumentam que a inteligência emocional contribui para a formação integral dos estudantes, promovendo competências que transcendem o aprendizado cognitivo tradicional. A BNCC (Brasil, 2017) defende o desenvolvimento de habilidades socioemocionais como autocontrole, empatia e resolução de conflitos, que, segundo os autores, estão diretamente ligadas à inteligência emocional e são essenciais para a vida em sociedade.

Tanto Bisquerra e Pérez Escoda (2007) quanto Silva e Silva (2021) apontam para a relevância da inteligência emocional na educação contemporânea, destacando sua contribuição para a formação de uma educação que integra competências cognitivas e emocionais. Essas abordagens reforçam a importância de um currículo escolar que contemple o desenvolvimento emocional como parte da formação dos estudantes para os desafios da vida adulta e do mercado de trabalho.

María Dolores Prieto, Mercedes Ferrando e Carmen Ferrández (2002) oferecem importantes argumentos para essa discussão, destacando a complexidade e as limitações da incorporação da inteligência emocional no contexto educacional. Os autores defendem que a inteligência emocional, entendida como a capacidade de perceber, utilizar, entender e gerenciar emoções, pode desempenhar um papel significativo no desenvolvimento do potencial criativo dos estudantes, especialmente através da dimensão intrapessoal, que está correlacionada com o pensamento divergente e a adaptabilidade. No entanto, a aplicação dessa perspectiva no contexto escolar, conforme promovida pela BNCC, requer uma análise crítica sobre como e por que essas competências emocionais estão sendo enfatizadas.

A BNCC, que orienta as diretrizes curriculares no Brasil, incorpora competências socioemocionais como componentes essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essas competências incluem habilidades como autocontrole, empatia, resiliência e trabalho em equipe, que se alinham ao conceito. De acordo com Prieto, Ferrando e Ferrández (2021), o desenvolvimento da inteligência emocional pode, de fato, promover um ambiente de aprendizagem mais favorável, onde a resolução de conflitos, a gestão do estresse e a adaptabilidade emocional ajudam a enfrentar desafios criativos e colaborativos. Essa abordagem minimiza os determinantes estruturais e sociais que afetam o desempenho acadêmico, como desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero, bem como as condições materiais e institucionais do ambiente escolar. Ao focar no aprimoramento individual, a abordagem da inteligência proposta pela BNCC pode-se incorrer no erro de obscurecer essas desigualdades, desviando o foco de críticas às condições concretas que influenciam o processo educativo.



Por outro lado, as autoras discutem que, embora a inteligência emocional possa ter um papel positivo ao fomentar competências como a criatividade e a resolução de problemas, seu impacto depende significativamente do contexto em que é aplicada e da maneira como é implementada. Por exemplo, programas educativos visando promover o desenvolvimento da inteligência emocional devem ser cuidadosamente desenvolvidos para evitar reforçar estereótipos de meritocracia emocional, em que o fracasso em demonstrar habilidades emocionais é visto como um déficit pessoal, ao invés de um reflexo de desigualdades sociais mais amplas (Prieto; Ferrando; Ferrández, 2002).

Nesse sentido, a inteligência emocional deve ser considerada não apenas como uma ferramenta para o sucesso individual, mas também como parte de um projeto educacional mais amplo, comprometido com a justiça social e a equidade. Portanto, ao incorporar a inteligência emocional no currículo escolar, conforme sugerido pela BNCC, consideramos necessário uma reflexão crítica sobre suas implicações e limitações. Prieto, Ferrando e Ferrández (2021) demonstram que, enquanto a emocional pode oferecer benefícios pedagógicos significativos, ela também deve ser contextualizada dentro das realidades sociais e estruturais que moldam o ambiente educacional. A prática educativa voltada para o desenvolvimento de competências socioemocionais deve ir além de uma perspectiva individualizante, reconhecendo a importância das condições materiais, das estruturas institucionais e das dinâmicas de poder que influenciam a experiência educacional.

Diante do exposto, conclui-se que, apesar de seu potencial de transformação positiva no desenvolvimento integral dos estudantes, a incorporação da inteligência emocional nas práticas educativas, conforme proposta pela BNCC, precisa ser cuidadosamente analisada para evitar a reprodução de uma lógica neoliberal que ignora os desafios estruturais da educação. Uma abordagem mais equilibrada e crítica poderia integrar a inteligência emocional como parte de um projeto educacional que valoriza não apenas o sucesso individual, mas também o desenvolvimento coletivo e equitativo de todos os alunos.

Após a análise dos argumentos favoráveis à inteligência emocional, o próximo passo é avaliar criticamente a integração desse conceito nas práticas pedagógicas, considerando suas consequências para a experiência educacional. O artigo seguirá com uma análise crítica da inteligência emocional e suas implicações no ambiente escolar, com base em uma interpretação sociológica da questão.



4 UMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLOGICA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Laval (2019) argumenta que, sob a influência do neoliberalismo, a escola passa a ser vista como uma empresa que prepara os alunos para o mercado, em vez de ser um espaço de formação integral e crítica. Nesse sentido, o foco no desenvolvimento da inteligência emocional, assim como a ênfase em “competências”, está diretamente relacionado à necessidade de formar trabalhadores flexíveis, adaptáveis e emocionalmente equilibrados, características valorizadas no atual modelo econômico. O conceito de inteligência emocional, então, surge como uma forma de internalizar a lógica empresarial no sujeito, treinando-o para responder às pressões do ambiente de trabalho sem questionar as condições estruturais que geram essas tensões. Dessa forma, a educação deixa de ser um espaço de emancipação e passa a funcionar como um local de treinamento emocional para a aceitação das normas impostas pelo mercado (Laval, 2019).

A crítica de Laval se articula com a análise de Richard Roberts; Carmen E. Flores-Mendoza e Elizabeth do Nascimento (2002), que questionam a validade científica da inteligência emocional. Os autores apontam limitações em termos de definição e mensuração do conceito, sugerindo que a inteligência emocional se sobrepõe a traços de personalidade e inteligência social, o que dificulta sua classificação como uma forma distinta de inteligência. Os instrumentos de mensuração mais comuns, como o MEIS e o EQ-i, enfrentam problemas de consistência interna e validade, indicando que a inteligência emocional pode estar mais relacionada a características de personalidade do que a habilidades cognitivas específicas. Para Roberts et al., é necessário maior rigor metodológico e clareza conceitual para validar a inteligência emocional em contextos educacionais e profissionais.

A partir dessa crítica, é possível questionar o uso da inteligência emocional no contexto educacional. Ao adotar o discurso das competências emocionais, a escola passa a ser regida por um modelo de eficácia e produtividade que subordina a formação humana às exigências do capital. A educação emocional é instrumentalizada para preparar os indivíduos para o mercado, e o desenvolvimento de atributos como autocontrole e adaptabilidade reflete essa lógica. Tais características são consideradas essenciais para a manutenção de um ambiente de trabalho eficiente, mas acabam por individualizar as responsabilidades e deslocar o foco das condições estruturais para o sujeito. A adaptação às mudanças e o controle das emoções são valorizados,



promovendo a ideia de que as dificuldades enfrentadas no ambiente profissional devem ser superadas por meio da gestão pessoal, sem questionar as dinâmicas sociais e econômicas subjacentes.

Laval (2019) critica essa “escola empresarial”, sugerindo que as instituições educacionais se tornaram uma extensão do mercado, com o objetivo de formar indivíduos que se autogerenciam e respondem às demandas do sistema. O autocontrole emocional, a adaptabilidade e a orientação para a realização, características destacadas por Goleman (2011), são vistas como habilidades centrais para o sucesso no ambiente de trabalho contemporâneo. No entanto, ao serem promovidas como competências essenciais, essas habilidades reforçam a lógica neoliberal, que transfere a responsabilidade do bem-estar emocional do contexto coletivo para o indivíduo. Nesse sentido, a inteligência emocional, ao ser incorporada ao discurso educacional, se torna um instrumento para a reprodução de um sistema que naturaliza a desigualdade e alienação, minando o potencial emancipatório da educação. A incorporação dessa lógica no campo educacional, evidenciada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pode sugerir uma instrumentalização das emoções dos alunos em função das necessidades do mercado, alinhando-se às críticas de Laval sobre a mercantilização da educação.

Portanto, a inteligência emocional, amplamente disseminada como uma competência essencial para o sucesso pessoal e profissional, deve ser problematizada a partir de uma análise crítica que considere suas implicações sociais e econômicas. Na esteira dos argumentos de Laval (2019), pode-se afirmar que a educação das emoções, em seu uso empresarial, contribui para a manutenção e reforço do empreendedorismo de si, alinhando-se aos valores neoliberais que transformam a educação em um espaço de conformidade, em vez de um ambiente de crítica e emancipação.

4.1 O capital emocional e a educação escolar

A BNCC representa um marco significativo na estruturação da educação básica no Brasil, sendo elaborada com o intuito de orientar o processo educativo para além das abordagens que priorizam exclusivamente as dimensões intelectuais ou afetivas. Este artigo não desconsidera a sua importância, mas busca analisar a BNCC no contexto de uma educação que considera a pluralidade e singularidade dos sujeitos aprendentes, com um foco especial na educação socioemocional e suas implicações sociológicas.

Convém destacar que a BNCC foi desenvolvida em um contexto de revisão das práticas educacionais, visando à inclusão e ao desenvolvimento integral dos alunos.



Prevista pelo Artigo 210 da Constituição Federal de 1988 e pelo Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a BNCC estabelece diretrizes nacionais que asseguram uma educação de qualidade, respeitando as diversidades regionais e locais e promovendo uma formação que abrange o desenvolvimento humano em sua totalidade.

A proposta da BNCC reflete uma reorientação do papel da escola, que passa a promover uma visão integral do sujeito aprendente. Tal deslocamento é representativo acerca dos esforços para a construção de um ambiente educacional que valorize as especificidades e diversidades dos alunos, indo além da transmissão de conteúdos, e integrando o desenvolvimento socioemocional dos estudantes. Trata-se de uma abordagem que se reflete na inclusão de competências socioemocionais no currículo, visando fomentar a reflexão dos alunos sobre seus sentimentos e ações, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade.

No Ensino Médio, a BNCC estabelece competências mínimas e oferece autonomia às redes de ensino e às escolas para desenvolver currículos e projetos pedagógicos adaptados às realidades locais. Entre as habilidades relacionadas à educação socioemocional, destacam-se: a criação de formas de expressão de sentimentos e emoções (Habilidade EI03CG01) e a demonstração de empatia pelos outros (Habilidade E103EO01) (Brasil, 2017). Essas habilidades visam promover a autoexpressão e a empatia, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da inteligência emocional, conforme discutido por autores como Goleman (2011) e Gardner (1995; 2011).

Apesar dos avanços representados pela BNCC, a implementação prática enfrenta desafios. Dallana Carvalho da Fonseca (2019) aponta que, embora muitas escolas tenham iniciado a adoção das diretrizes da BNCC, ainda existem lacunas na aplicação efetiva dos princípios da base curricular. A ausência de uma aplicação consistente compromete os objetivos de promover uma educação que valorize o desenvolvimento integral e a educação socioemocional.

Sob uma perspectiva sociológica, a BNCC pode ser analisada à luz dos conceitos de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1982), especialmente no que se refere à relação entre educação e capital cultural. Ao enfatizar a educação socioemocional e a autonomia das escolas, a BNCC responde à crescente demanda por habilidades que se alinhem aos valores do mercado de trabalho contemporâneo. Os autores discutem o conceito de capital cultural e como ele influencia o acesso a oportunidades na sociedade. Na esteira dessa abordagem, a promoção de habilidades socioemocionais, como empatia e autoexpressão, pode ser interpretada como uma tentativa de dotar os alunos com o



capital cultural valorizado no mercado de trabalho atual, caracterizado pela alta competitividade e pela lógica do empreendedorismo de si.

O conceito de inteligência emocional, popularizado por Goleman, é estruturado em cinco pilares: autoconsciência, autocontrole, empatia, habilidades sociais e motivação (Goleman, 2011). Posteriormente, Goleman expandiu essa concepção para incluir 12 domínios de desenvolvimento da inteligência emocional, entre eles: autocontrole emocional, adaptabilidade, orientação para realização, perspectiva positiva, empatia, consciência organizacional, influência, coaching e mentoria, administração de conflitos, trabalho em equipe e liderança inspiradora. Esses atributos são considerados essenciais para o bem-estar individual e para a eficácia no ambiente de trabalho, uma vez que contribuem para a resolução de conflitos, a cooperação e o exercício da liderança (Goleman, 2011).

A relação entre esses 12 domínios e as exigências do mercado de trabalho contemporâneo, moldado por valores do modelo político-econômico neoliberal, merece atenção. No contexto organizacional, a adaptação das emoções tornou-se uma habilidade central na construção do trabalhador ideal, capaz de gerir suas próprias emoções em conformidade com as demandas do mercado. Nesse sentido, a inteligência emocional emerge como uma competência fundamental que facilita a adaptação individual às pressões e desafios do ambiente corporativo, alinhando-se aos valores neoliberais de flexibilidade e autossuficiência.

Laval (2019) critica a inserção desses princípios na educação, apontando que as instituições educacionais foram moldadas por princípios neoliberais, como o empreendedorismo de si, a competitividade e a eficiência. Segundo o autor, a educação tornou-se uma extensão do mercado, com o objetivo de formar indivíduos que se autogerenciam e respondem às demandas do sistema. Nesse contexto, as habilidades emocionais destacadas por Goleman são amplamente valorizadas nas relações sociais e profissionais contemporâneas, sendo promovidas como indispensáveis para o sucesso pessoal e profissional.

O autocontrole, por exemplo, é promovido como uma habilidade essencial para a gestão de si mesmo em situações de pressão no ambiente de trabalho. Esse valor reflete a necessidade de trabalhadores capazes de “administrar” suas emoções, maximizando a produtividade e minimizando resistências emocionais. A responsabilidade pelo bem-estar emocional é deslocada das causas estruturais para o indivíduo, reforçando a lógica do empreendedorismo de si e obscurecendo as desigualdades e explorações inerentes ao sistema capitalista.



A adaptabilidade, por sua vez, valoriza a flexibilidade e a capacidade de ajustar-se rapidamente às mudanças, características centrais em um mundo marcado por transformações rápidas. Sob a lógica neoliberal, os indivíduos são incentivados a aceitar a precariedade e as mudanças constantes como normais, adaptando-se a elas sem questioná-las, como se fossem consequências inevitáveis de um contexto econômico incontrolável.

A orientação para a realização incentiva a busca contínua por resultados e metas pessoais. Laval (2019) argumenta que esse modelo promove o sucesso individual como objetivo central, enfatizando a competitividade. No ambiente escolar, essa lógica é reproduzida, com os estudantes sendo ensinados a perseguir resultados, independentemente das condições sistêmicas, internalizando a lógica da produtividade desde cedo.

A perspectiva positiva, valorizada no contexto empresarial, é vista como uma maneira de manter o otimismo diante de dificuldades, reforçando a noção de “resiliência”. Essa postura ignora frequentemente os contextos estruturais de injustiça, reforçando a ideia de que o indivíduo deve ajustar sua mentalidade para se alinhar às demandas do mercado, ao invés de questionar as condições impostas.

Mesmo a empatia, uma habilidade social considerada positiva, pode ser instrumentalizada para fins de manipulação emocional ou gestão de pessoas no contexto empresarial. No ambiente de trabalho, a empatia é incentivada para melhorar as relações interpessoais, mas com o objetivo de maximizar a produtividade e a eficiência organizacional.

A consciência organizacional, ou a capacidade de entender a dinâmica e os objetivos da organização, torna-se essencial para que os trabalhadores se alinhem aos interesses corporativos. Nesse aspecto, a crítica de Laval (2019) ao modelo neoliberal é pertinente, uma vez que os trabalhadores são transformados em agentes corporativos, comprometidos com as metas da organização sem questionar suas implicações estruturais.

A capacidade de influenciar é outra habilidade altamente valorizada no contexto empresarial, visto que se traduz na habilidade de persuadir e gerenciar relacionamentos para obter vantagens em um ambiente competitivo. Essa habilidade está diretamente associada à ideia de capital humano, reforçando a noção de que o sucesso depende da capacidade de controlar a percepção alheia.

O coaching e a mentoria, embora promovidos como ferramentas de desenvolvimento individual, também podem ser criticados argumentando que tais práticas



reforçam a personalização do sucesso e do fracasso, negligenciando os fatores sociais e estruturais que afetam o desempenho. O desenvolvimento pessoal, nesse contexto, é visto como responsabilidade exclusiva do indivíduo, que deve buscar continuamente sua própria capacitação.

A administração de conflitos, no ambiente corporativo, é voltada para a preservação da eficiência organizacional, sem abordar as questões subjacentes de poder e desigualdade. As habilidades de mediação são instrumentalizadas para manter o fluxo de trabalho, ignorando as causas estruturais dos conflitos.

O trabalho em equipe é uma habilidade central no ambiente empresarial, mas, sob a lógica neoliberal, está frequentemente associado à maximização da produtividade coletiva em benefício do capital. A colaboração é incentivada, desde que esteja alinhada aos objetivos organizacionais, sem questionamentos sobre as condições de trabalho ou possíveis explorações.

Por fim, a liderança inspiradora, promovida no contexto empresarial como um meio de motivar e engajar equipes, pode ser interpretada como uma forma de controle emocional e gerencial. Ao elevar a moral dos trabalhadores, busca-se extrair o máximo de desempenho sem alterar as condições estruturais injustas ou desiguais em que operam.

Em uma análise crítica dos domínios da inteligência emocional sob a ótica de Laval, é possível identificar uma relação direta com a reprodução da lógica neoliberal na educação e no trabalho. As habilidades promovidas por Goleman são apresentadas como formas de sucesso individual em um sistema que valoriza a autogestão e a adaptação às demandas do mercado, deixando pouco espaço para a crítica ou para mudanças estruturais. Nesse sentido, a inteligência emocional, ao ser instrumentalizada no contexto empresarial, reforça os valores neoliberais criticados por Laval, contribuindo para a manutenção do empreendedorismo de si e da adaptação passiva às exigências do mercado.

Nesse contexto, a educação socioemocional assume um papel central ao preparar os alunos para lidar com os desafios emocionais e sociais impostos pela sociedade neoliberal, que valoriza a adaptabilidade e a capacidade de autogestão. O conceito de capital emocional, proposto por Eva Illouz (2007), auxilia na compreensão dessa lógica, ao revelar como as emoções se tornaram um recurso explorado no mercado das relações sociais e profissionais. Illouz (2011) argumenta que o gerenciamento das emoções, muitas vezes guiado pela cultura terapêutica e pela indústria da autoajuda, reforça a ideia de que as emoções devem ser otimizadas e gerenciadas, tal como ocorre com os



recursos que visam para atender às demandas do mercado, o que pode comprometer a autenticidade das interações pessoais e profissionais.

Além disso, Illouz (2007; 2011) destaca a desigualdade emocional, apontando que a capacidade de acumular e mobilizar capital emocional é distribuída de forma desigual na sociedade. Esse conceito evidencia como as habilidades emocionais, longe de serem inatas, estão profundamente influenciadas por fatores socioeconômicos e culturais. No contexto da BNCC, a valorização da empatia e do autocontrole emocional pode ser vista como um esforço para ajustar os indivíduos às exigências do mercado de trabalho neoliberal, que demanda não apenas competências técnicas, mas também habilidades para gerenciar conflitos e trabalhar em equipe.

A BNCC, portanto, não apenas reflete uma tentativa de reestruturação educacional, mas também está imbricada nas dinâmicas da sociedade neoliberal, que valoriza a flexibilidade e a autogestão como respostas aos desafios contemporâneos. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para uma análise crítica da BNCC e de seus impactos na formação dos alunos, revelando como o currículo está alinhado aos valores do mercado e à lógica do empreendedorismo de si.

Por fim, a BNCC representa uma inovação importante na educação brasileira, ao introduzir uma perspectiva que abrange tanto o desenvolvimento intelectual quanto o socioemocional. No entanto, os desafios práticos de implementação precisam ser superados para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e eficaz. A análise crítica da BNCC, à luz da teoria sociológica, permite compreender os limites e as potencialidades dessa proposta curricular no contexto de uma sociedade marcada por desigualdades e demandas crescentes por habilidades socioemocionais.

REFERÊNCIAS

BISQUERRA ALZINA, RAFAEL; PÉREZ ESCODA, NÚRIA. Las competencias emocionales. *Educación XXI*, vol 10, pp.61-62, 2007.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2024.

FONSECA, Dallana Carvalho da. Educação Socioemocional no RN; diálogos sobre práticas pedagógicas pós-BNCC. **Caparaó**. V.1, n.2, e 11,2019.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a Teoria na Prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.



GARDNER, Howard. Estruturas da Mente: **A Teoria das Inteligências Múltiplas**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

ILLOUZ, E. **Intimidades Congeladas: las emociones en el capitalismo**. Madrid: Katz Editores, 2007

ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

LAVAL, Christian. **A Escola Não é uma Empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Jacob Carlos. Sobre empreendedorismo e cultura do trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 39, p. e39010., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/39010/2024>. Acesso em: 12 set. 2024.

PRIETO, María Dolores; FERRANDO, Mercedes; FERRÁNDIZ, Carmen. Criatividade. Inteligência emocional. Implicações educativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e81541, 2021.

ROBERTS, Richard D.; FLORES-MENDOZA, Carmen E.; NASCIMENTO, Elizabeth do. Inteligência emocional: um construto científico?. **Paidéia**, vol. 12, n. 23, p. 77-92, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TOMAZI, Nelson D.; BALTAR, Ronaldo; COLOGNESE, Silvio. **Fundamentos do trabalho acadêmico: elementos para orientar a leitura e a escrita**. Cascavel: Ed. Coluna do Saber, 2005.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

